

CONTRIBUTO

Devo confessar que inicialmente não era nem contra nem a favor do Acordo Ortográfico. Era-me praticamente indiferente. Porém, à medida que fui ouvindo razões mesquinhas, contraditórias e mirabolantes dos “anti”, desconfiei que a história estivesse mal contada. Assim, li o AO e verifiquei que eram muito injustas e exageradas aquelas alegações. Envio este pequeno e humilde contributo não como especialista em linguística ou sequer em leis, que não sou, mas sim como eterna estudante e utilizadora de várias línguas (incluindo latim), eterna amante da minha língua materna, a língua portuguesa, ex-professora e explicadora, secretária de embaixada, residente durante alguns anos num PALOP, tradutora, intérprete, correspondente em línguas, responsável de comunicação empresarial, tripla encarregada de educação e cidadã que há 38 anos paga os seus impostos – e, principalmente, alguém que não fica de braços cruzados perante deturpações de factos e o uso de falsidades e mentiras para manipulação da opinião pública.

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA

Este acordo enquadra-se, como sabem, numa tentativa de solucionar o problema criado em 1911 com uma reforma ortográfica feita à revelia do Brasil, que originou duas normas oficiais da língua portuguesa.

Verifica-se que o século XX foi praticamente todo passado a tentar resolver esta situação anómala, inexistente em qualquer outra das mais faladas línguas ocidentais. Uma tentativa “soi-disant” bastante conseguida em 1945 acabou por não ser ratificada nem posta em prática no Brasil, pois consistia num retrocesso muito profundo para os falantes daquele lado do Atlântico, uma vez que obrigava à escrita de letras que já não eram articuladas na fala há muitos anos. Nem por eles, nem por nós, deste lado.

Várias reuniões e tentativas de conciliação seguintes, algumas com algum resultado prático (1971/1973), levaram ao projeto de acordo de 1986. Este, como sabem, levantou forte objeção dos dois lados do Atlântico, pelo seu alegado radicalismo. Foram estas razões ponderadas, muitas delas aceites, e redigido, finalmente, o acordo de 1990.

Após vários anos “na gaveta”, com episódica contestação dos mesmos que criticaram o projeto de 1986 - ignorando as concessões que foram feitas e que levaram ao AO de 1990 -, foi preciso o Governo ratificar e adotar o AO (após votação na A.R.) para os detratores explodirem em críticas infundadas. Usando e abusando da descontextualização e da pura mentira, inventaram gratuitamente que a maioria da população é contra, e que o Brasil já não quer adotar o AO (quando a única coisa que fez foi prolongar o período de transição... o AO está adotadíssimo no Brasil), e, ainda, que Angola e Moçambique não o ratificarão (ao contrário do que informa o diretor executivo da IILP, Gilvan de Oliveira – ver <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/noticias/Nova-ortografia>). Neste contexto surge o Grupo de Trabalho a que me dirijo.

OBJETIVOS DO AO

Quanto a mim há duas facetas a considerar no AO:

- 1) a simplificação da ortografia em si, e
- 2) a adoção de um único normativo ortográfico para todos os países lusófonos.

Quanto à simplificação da ortografia, pode ser-se a favor ou contra, mas ela tem acontecido em praticamente todas as línguas - ver http://en.wikipedia.org/wiki/Spelling_reform . E mesmo na nossa, pois verificamos que já não escrevemos como Dom Dinis, Gil Vicente ou Luís de Camões. À medida que a língua falada vai mudando, a ortografia tem de acompanhar esta mudança, ou ao fim de algum tempo a deriva é tal que deixa de haver relação entre palavra dita e escrita. Não creio que isso seja desejável, pois sabemos hoje que as línguas com escritas dúbias em relação à fala apresentam a maior de percentagem de dislexia na população em geral e maior tempo de aprendizagem da leitura entre os jovens alunos –veja-se

<http://www.spellingsociety.org/spelling/costs> . Estudos comparando a língua inglesa com a espanhola e italiana verificaram isso mesmo, pois em espanhol (castelhano) e italiano existe uma correspondência efetiva entre grafema e fonema - ver

<http://www.spellingsociety.org/news/media/dyslexia/reports.php>. Há detratores do AO que invocam a globalidade e sucesso do inglês como grande língua franca, mas isso nada tem a ver com a ortografia, apenas com os aspetos históricos e económicos da sua implantação mundial. A língua global será sempre a do comércio e dos negócios, a língua do dinheiro. São bastantes os detratores que advogam um regresso à ortografia anterior a 1911, como tenho verificado nos fóruns do ciberespaço. Acham eles que a etimologia é tudo, e que por eliminarmos o “c” de “eléctrico” a palavra já não é reconhecível como originando do grego “elektron”. No entanto até um dos mais credenciados opositores do AO reconhece que o argumento etimológico é nulo – ver

<https://www.facebook.com/notes/ant%C3%B3nio-emiliano/nota-xlvi-desacordo-orthographico-da-base-iv-do-acordo-ortogr%C3%A1fico-de-1990/10150961603133378> . Resta a suposta função diacrítica das consoantes “mudas”. Foi uma regra muito mal inventada em 1911, porque deixou de haver lógica quando se retirou o “c” de “fructo” e “afflicto” e se manteve em “correcto” ou “abstracto”. Nunca precisámos de consoantes diacríticas para abrir vogais porque apreendemos os vocábulos na sua roupagem fonética, nunca tivemos problemas em abrir vogais em termos como alfabeto, concreto, contrato, padeiro, corar, caveira, credor, geração, quaresmal, sarmento, especar, especular, aguardar, aguadeiro, aguaceiro, esfomeado, retaguarda, agachar, relator, dilação, retrovisor... - ver, a esse propósito, o que diz o Prof. Lindley Cintra, em <http://www.ciberduvidas.com/textos/acordo/13898>

A regra de Gonçalves Viana revelou-se tão-só uma cautela desnecessária. Também foram eliminados acentos diferenciais no decorrer das várias reformas do século XX, e ninguém passou a errar a pronúncia, por exemplo, ninguém passou a dizer “éle” quando “êlé” perdeu o acento, em 1945, nem “suzinho” por “sòzinho” em 1973. Sim, há termos menos correntes que são mal pronunciados por alguns, como beco e sequestro. Mas só por quem estava distraído na escola, porque os professores têm por obrigação, e confio em que a cumpram, esclarecer os alunos quanto à ortoépia de palavras menos comuns. Voltando às consoantes ditas mudas, é natural que as eliminemos da escrita, pois elas já foram eliminadas da fala há muito tempo. Não compliquemos o que é simples. Os ingleses, franceses e espanhóis mantiveram “c” na escrita? Óbvio! Eles pronunciam-no! Porém, eliminaram-no

quando o não pronunciavam (ex.: objet, projet...). Depois há o exagerado problemas das famílias de palavras. Um egípcio passa a ser natural do Egito. Mas um cipriota já era um natural de Chipre. Parece que ainda há uma minoria culta que pronuncia o “p” de “Egipto”, porém, e o de “excepto”. Se realmente isto é verdade, e essa é uma questão académica, também não custa incluir estes termos no VOC com dupla grafia, com o acordo de todos os países envolvidos, como é evidente. Assim como o famigerado “pára”. Ao contrário do que afirmam os opositores do AO, não é por haver duplas grafias que a ortografia se torna mais ou menos estável. Elas existem em todas as línguas regularmente invocadas para a discussão, inclusivamente no tão perfeito idioma inglês, tão da adoração dos “anti”. A nível da lusofonia, essas duplas grafias já existiam em grande quantidade, e na realidade diminuem com o AO90 (como veremos adiante).

Costumam os detratores afirmar também que a língua não se impõe por decreto. Terão muita razão, a língua é feita na rua, nas redações dos jornais, das revistas, da TV, na produção dos escritores. O que na nossa sociedade é imposto é a convenção que usamos para representar a língua falada. Assim como os currículos das várias disciplinas são impostos, também há que determinar que grafia devem os alunos aprender no ensino básico. É evidente que não se pode ensinar a escrever “baca”, no Norte, e “vaca”, no Sul. Em Portugal, e pelo menos desde 1911, é o Estado quem determina essa questão, com base no trabalho e estudos de linguistas, filólogos e demais académicos. Assim foi em 1911, 1931, 1945, 1973 e 1990.

Este acordo, e passando ao segundo ponto, tem o condão de, simultaneamente, simplificar a ortografia e criar um critério único, um conjunto de regras comuns para os vários povos lusófonos. Digamos, pois, que é “ouro sobre azul”, ou “juntar o útil ao agradável”.

Circula por aí um pseudoestudo, muito pouco isento, muito pouco rigoroso, que afirma que são criadas mais facultatividades e mais grafias divergentes do que as que passam a convergir. Pura mentira, pois esse estudo partiu logo de uma premissa errada: a autora achou por bem, vá-se lá saber porquê, eliminar do estudos classes inteiras de palavras! - as que sofrem alteração de acentuação e do uso do hífen.

Na verdade, há convergência de grafias, por muito que isto custe aos detratores do AO. Existem também palavras que passaram a divergir, em número irrisório, mas assim tinha de ser para respeitar a ortoépia das mesmas nos vários territórios. A esse respeito, consultar <http://www.ciberduvidas.com/textos/acordo>

Em suma, atinge-se um nível de 98% de grafias unificadas, sendo impossível, como reconhecido no texto do AO, atingir os 100%. Esses 98% comportam a possibilidade de duplas grafias? Pois comportam, mas assim tem de ser no estrito respeito pela ortoépia, e pela oscilação da norma-padrão da FALA.

Aliás, já existiam numerosas duplas grafias em português, não são propriamente novidade. Só que estavam “mascaradas” no AO de 1945 como “variantes fonéticas e morfológicas” (parte I –III :

“Não se consentem grafias duplas ou facultativas. Cada palavra da língua portuguesa terá uma grafia única. Não se consideram grafias duplas as variantes fonéticas e morfológicas de uma mesma palavra.”

Em última análise, podemos também dizer que agora não há novas duplas grafias nenhuma, mas sim variantes fonéticas e morfológicas de uma mesma palavra. “A rose by any other name would smell as sweet”!

Note-se ainda que “grafia unificada” não significa “grafia única”, mas sim “regra ortográfica unificada”. Uma das bandeiras dos detratores do AO é precisamente a interpretação errada daquele conceito.

Ainda um outro mito disseminado pelos detratores do AO é o de que a língua fica “abrasileirada”. Pura mentira. Na realidade, há ligeiramente mais palavras a convergir para a anterior norma portuguesa (615) do que para a norma brasileira (613). -

<http://www.ciberduvidas.com/textos/acordo>

Todos estes mitos e inverdades apregoados pelos detratores do AO acabaram por ter um pouco do efeito por eles desejado e planeado: a confusão entre os leigos, utilizando alguns grafias preferencialmente brasileiras em Portugal, (como “contato”), e usando simultaneamente duas grafias, a antiga e a atual.

Todo este pó assentará e, no fim do período de transição, se este for bem acompanhado e explicado aos cidadãos (e aqui a intervenção de V.Exas. será útil), estes problemas deverão desaparecer.

VANTAGENS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO AO

Vimos já que AO permite duas situações distintas: 1 - a simplificação da grafia – depuração de consoantes supérfluas que vai permitir que a mesma pronúncia tenha a mesma grafia em todo o lado (ex.: ação) ou grafias diferentes onde a fala também é diferente (ex.: recepção/receção); depuração de acentos e hífens desnecessários; maior lógica em relação às consoantes não articuladas (ex: contrato/abstrato). 2 – a adoção de um único conjunto de regras ortográficas. Vejamos agora a esperada aplicação prática destas inovações. Digo “esperada”, porque, em termos de futuro, e porque as ciências sociais e humanas não são propriamente ciências exatas, nem sempre podemos fazer previsões ao milímetro.

Logo à partida, e a mais importante, é a possibilidade de finalmente termos um dicionário geral da lusofonia. É certo que o poderíamos ter da mesma forma, mas não tão praticável, com bastantes mais entradas correspondentes a duplas grafias que ora desaparecem. Tal dicionário será o natural passo seguinte à criação do VOC geral de todos os países, englobando todos os VOC nacionais – que, por maioria de razão, devem seguir a MESMA ortografia!

Em seguida, temos a possibilidade de redigir documentos oficiais em uma única versão em vez de duas (como já aconteceu na CPLP); a possibilidade de o material didático ser utilizado em vários países; a maior circulação de material impresso. Apesar de alguns responsáveis de editoras afirmarem que não estão a vender mais no Brasil desde que aplicam o AO, há também o caso de um editor de uma revista especializada que já viu aumentar as vendas da mesma nas mesmas circunstâncias – ver <http://www.curvelo-garcia.blogspot.com.br/2012/01/o-acordo-ortografico.html>

Escusado será lembrar o recente estudo do ISCTE sobre o valor da língua portuguesa, e que esse valor é tanto maior quanto maior for o número de falantes – ver <http://www.ciberduvidas.com/actualidades/noticias/2999> . Quanto mais assegurarmos a coesão da língua escrita, mantendo a diversidade lexical e gramatical intactas – esta, sim, a verdadeira riqueza da língua – mais tempo de vida terá a grandeza da língua portuguesa no Mundo tal como a conhecemos. Existem muitas pressões para a fragmentação: no Brasil, da comunidade italiana e seus descendentes, que nunca gostaram de ter de falar português, fazendo pois pressão para o reconhecimento do “brasileiro”; em África, a francofonia pressiona, e no caso de Moçambique e Timor, a alternativa pelo inglês, por motivos e interesses geoeconómicos (proximidade com a RSA e Austrália, respetivamente).

Queremos então um português de 240 milhões de falantes, ou de 10 milhões? Eis a questão. Questão política, dirão. Sim, de política da língua, coisa que sempre descurámos. As línguas fragmentam-se naturalmente, dirão. Pois, e tanto mais depressa quanto as descurarmos. Sigamos o exemplo da RAE, que tem uma efetiva política pan-hispânica da língua – acabou por aceitar como igualmente corretos certos termos, grafias e construções gramaticais usadas em ex-colónias. Ali, todas as academias dos 22 países estão em pé de igualdade – ver <http://www.rae.es/rae/Noticias.nsf/Portada4?ReadForm&menu=4>

Não há lá ninguém a dizer que a língua é mais destes ou daqueles. Nada impede que façamos o mesmo.

No entanto, há quem se horrorize em pensar que a língua pode ser associada com política. Não se percebe porquê, se o Homem é um animal político, como dizia Aristóteles. E diziam os Antigos: “Homo sum: nihil humanum a me alienum puto” (Terêncio). Não me espanta, sabido como é que somos um país de poetas. Mas, já que estou em onda de citações... “Olha as estrelas, mas não te esqueças de acender a lareira” (provérbio oriental). Pomo-nos a cantar a beleza da língua e temos pejo em tirar proveito dela. Não há motivo, nem é vergonha, e nem nos podemos dar a esse luxo.

Nem devemos dificultar a vida aos nossos jovens que procuram trabalho no Brasil, nem aos brasileiros que o procuram cá ou em Angola, ou qualquer outro país. Existem multinacionais que dão preferência de colocação a quem domine as duas grafias oficiais do português. Esse problema deixará de se pôr, com o AO.

INCONVENIENTES

Aprender a nova grafia de algumas palavras (o que se torna fácil, intuitivo).

Não vejo mais nenhum. A questão dos novos livros escolares, que preocupava as editoras, foi ultrapassada com a instituição de um período de transição de seis anos. Esse era já, também, o prazo máximo de validade dos manuais escolares.

A questão dos dicionários pode ser resolvida com erratas ou adendas. Não há necessidade de se deitar fora todos os dicionários que ficam desatualizados. Eu própria possuo exemplares dos anos 30 e 40, e não penso desfazer-me deles!

Nem ninguém tem necessidade de renovar a sua biblioteca por a grafia ter sofrido ligeiros retoques. Os livros até adquirem o “charme” das marcas da idade.

Há quem invoque o “abrasileiramento” da língua. Isso é uma falsa questão, como já visto anteriormente – a convergência é sensivelmente igual para ambos os lados.

Há quem tema o retorno da grafia sobre a fonética. Isso nunca aconteceu senão em casos muito pontuais, e não é nada que os professores do ensino básico não estejam preparados para acautelar.

Há quem jure a pés juntos que os portugueses vão deixar de reconhecer certas palavras. Evidente exagero. Os portugueses não são os estúpidos que essa gente quer fazer crer.

Criaram-se mil e poucas novas grafias. Assim deve ser, para respeitar a lógica de “Palavras igualmente ditas passam a ser igualmente escritas. Palavras ditas de forma diferente passam a escrever-se de forma diferente.” Isto é diferente do simplista “Escreve-se como se diz”, exagero maldoso dos “anti”. Chegam a “argumentar”: por que não eliminaram os H iniciais? – simples, os H iniciais são uma não questão. É pacífico para todos. Para quê uma operação dessas, que ia obrigar à redistribuição de todos os lemas iniciados por H por todas as outras letras do alfabeto nos dicionários? (Atenção que húmido/úmido já em latim tinha dupla grafia).

Inconveniente, sim, é não se preocuparem com a invasão de estrangeirismos desnecessários na nossa língua, como dizia o Prof. Jorge Miranda

http://www.ciberduvidas.com/textos/nosso_idioma/13910

<http://emportuguezgrande.blogspot.pt/2011/12/jorge-miranda-em-portugues-grande-1.html>

Por que não se constitui um Grupo de Trabalho parlamentar nesse âmbito??

PROPOSTAS

Se for caso disso, aquando da adoção do vocabulário geral da língua, que seja criada uma adenda, ou outro dispositivo legal, assinado e aceite por todos os países, para limar todas as pequenas arestas que vão surgindo, como por exemplo, aceitar “ pára” ou “para” como 3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo parar. E, como decerto Angola bem exigirá, a regulamentação do uso do apóstrofo em topónimos e antropónimos (M’Banza, N’Zinga...) e do K e W em nomes comuns (kwanza, a moeda); e todo e qualquer pormenor que os doutos linguistas aceitem em comum, como já sugerido por Evanildo Bechara.

Também, acertar com o Brasil, e todos os outros – refiro o Brasil porque este interpretou no seu VOLP esta questão de forma diferente da nossa - a utilização do prefixo co-.

Intensificar as campanhas de esclarecimento sobre o correto uso nas novas normas. “Ipsa scientia potestas est” (Francis Bacon). Assim, os “anti” não poderão continuar com a desinformação maldosa que têm vindo a disseminar, como “passa-se a escrever que o cagado está de fato na praia”, e barbaridades do género.

OUTRAS QUESTÕES

Por falta de tempo, tenho de as omitir. Mas posso assegurar que, para cada acusação dos “anti”, há uma refutação. Estou a lembrar-me, por exemplo, da badalada “o acordo é ilegal e inconstitucional”. É falso, e tanto assim que não conseguem provar o que dizem. E o ónus da prova está do lado deles.

Termino com uma listagem que elaborei ao longo de vários meses a partir de opiniões em páginas do Facebook como justificação para estar contra o AO.

- a) Revolta e contestação ao Governo, na altura PS (a maioria);
- b) Ódio xenófobo em relação ao Brasil;
- c) Apego bairrista à convicção de que Portugal é dono e senhor da Língua Portuguesa;
- d) Incapacidade, preguiça ou má vontade em reaprender a grafia de algumas palavras;
- e) Fobia das mudanças, habitual em pessoas mais idosas;
- f) Convicções infundadas de que simplificar uma língua resulta em maior analfabetismo e pobreza do respetivo País;
- g) Apego desmesurado a regras que automaticamente caducam, e confusão mental em relação às novas;
- h) Suposto afastamento de algumas palavras em relação à etimologia, o que não é novidade desde 1911;
- i) Medo do desemprego, pelo menos de um tradutor português receoso da futura concorrência brasileira;
- j) Porque sim;
- k) Porque o acordo é gay (!!!)
- l) Noção errada de que as outras grandes línguas não fizeram reformas nem acordos;
- m) Suposição discutível de que as editoras brasileiras levarão as portuguesas à falência;
- n) Não gostar das mudanças;
- o) A língua portuguesa não tem de se escrever como se fala; (voltemos à orthographia)
- p) As línguas não se alteram por decreto (certo, mas estamos só a falar de ortografia)
- q) O que se escreveu até hoje fica desatualizado (e...?)
- r) A ortografia faz parte da língua e esta faz parte da cultura e identidade de um povo, logo, é intocável. (Parece que perdemos identidade em 1911, 1930, 1945, 1973...)
- s) reação emocional por as pessoas se sentirem violentadas (carece de ulterior explicação)
- t) somos uns lambe-botas e fazemos tudo para agradar aos outros (!!)
- u) há mais analfabetos no Brasil que em Portugal
- v) no Brasil há pessoas que dão erros e vão ter cargos públicos
- w) alguns jornais saem com "gralhas" tipográficas
- x) o que me ensinaram na primária é que está certo
- y) alterar 2% das grafias estrophia irremediavelmente as várias vertentes nacionais da língua e as palavras ficam irreconhecíveis
- z) porque o Bill Gates já tem o corretor do Word com as duas variantes, EU e BR.
- aa) os brasileiros já falam outra língua
- ab) O Brasil quer dominar o mundo, e isto é mais uma manobra nesse sentido.
- ac) as pessoas vão de deixar saber ler e escrever (atestado de estupidez ao povo português)
- ad) a grande maioria dos portugueses está contra o acordo (isto sem qualquer estudo sério, note-se)
- ae) vamos escrever brasileiro, abrasileirar a escrita (como se os brasileiros não estivessem a aporuguesar a escrita...)
- af) O AO está a provocar muitos erros nos "media". (a culpa é do AO, ou da campanha contra ele, que põe a circular erros de propósito para poder afirmar que a culpa é do AO??)
- ag) o AO foi inventado por Evanildo Bechara quando estava bêbedo
- ah) o AO foi escrito entre caipirinhas e copos de tinto

Uma última sugestão: que os deputados do Grupo de Trabalho se abstenham de dar opiniões pessoais. Pelo menos, durante as audiências. Façam-no ao fim, aquando da apresentação de resultados. Não me parece muito imparcial o que estão a fazer, e não são os deputados que nesta instância estão a ser ouvidos.

Obrigada pela atenção dispensada.

Atentamente,
Eunice Santos Mota

